COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PUBLICAÇÃO MENSAL ANO VIII PREÇO AVULSO: 50$00 Nº 77 JUNHO 1992

IGGI vira CGI: o dinheiro sem cor nem cheiro

Em 26 de Março, o governo de Jacarta anunciou, através do seu super-ministro da Coordenação Económica, Radius Prawiro, que a Indonésia recusava, a partir de então, aceitar qualquer ajuda económica da Holanda assim como pedira a este país para abandonar a presidência do IGGI.

Na mesma ocasião, as autoridades de Jacarta anunciavam que tinham pedido ao Banco Mundial para criar e liderar um novo consórcio financiador. O Banco não se fez rogado.

O QUE ERA O IGGI?

O IGGI - «Inter-Governmental Group on Indonesia» - era um consórcio doador internacional formado por 14 países - Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, EUA, França, Holanda, Itália, Japão, Nova Zelândia, Reino Unido e Suiça - e 4 agências de financiamento multilateral - Banco Mundial (BM), Banco Asiático de Desenvolvimento (BAD), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Criado em 1968, menos de três depois do sangrento golpe militar que levou Suharto ao poder, este consórcio - sempre presidido pela Holanda - foi responsável pela entrega de fundos crescentes ao regime de Jacarta. Para o ano fiscal que terminou em Março deste ano, o IGGI deu à Indonésia 4,75 biliões de dólares americanos, dos quais 1,6 b vieram do BM e 1,1 b do BAD. Por países, o Japão contribuíu com 1,3 b, os EUA com 113 milhões, a França com 111 e a Holanda com 91. Nestes montantes não estão incluídos os que são dados ao abrigo da cooperação militar em que os EUA e a Austrália são os principais doadores.

QUE CONSEQUÊNCIAS?

Em conferência de imprensa dada em Jacarta em 26 de Março, o ministro Prawiro, que se fazia acompanhar de mais três ministros, anunciou o pedido feito ao governo holandês para cessar toda a sua assistência ao desenvolvimento assim como para cessar as actividades de presidente do IGGI.

Na altura o ministro invocou o comportamento de Haia na questão relativa aos direitos humanos para justificar aquela tomada de decisão: "*As relações entre os dois países deterioraram-se fortemente nos últimos tempos em consequência do uso pouco cuidado como a assistência ao desenvolvimento estava a ser utilizada como instrumento de intimidação ou como meio de ameaça à Indonésia*", disse o ministro. "*O modo como eles usam a assistência ao desenvolvimento na verdade irrita-nos*", acrescentou.

Ao mesmo tempo que tomava esta decisão, o governo indonésio, num movimento paralelo, pedia formalmente ao Banco Mundial para formar um novo consórcio doador, o «Consultative Group on Indonesia» (CGI).

Na conferência de imprensa Prawiro anunciou igualmente que aquela decisão tinha sido comunicada dois dias antes aos EUA e ao Japão.

Segundo o **Financial Times** do dia seguinte, a "*Indonésia tem uma dívida pública e privada internacional de cerca de 65*

NESTE NÚMERO:
- IGGI vira CGI
- Indonésia: «a very exciting country»
- Enquanto a CE faz vagas declarações de princípios...
- ...cresce pressão internacional

IGGI aid in 1991/1992

Donor	Amount US$m	%age
World Bank	1,630.0	34.26
Japan	1,320.0	27.76
ADBank	1,100.0	23.13
US	133.2	2.80
France	111.6	2.35
Holland	91.3	1.92
Germany	76.2	1.60
UNDP	70.5	1.48
Canada	40.3	0.85
Australia	39.8	0.84
UK	29.9	0.63
IFAD	24.0	0.50
EC	23.3	0.49
UNICEF	16.0	0.34
Switzerland	15.2	0.32
Belgium	13.7	0.29
Spain	10.0	0.21
Austria	8.0	0.17
New Zealand	2.1	0.04
Total	4,755.1	100.0

TAPOL

biliões de dólares [americanos] *e, com um ratio de serviço de dívida de 30% do ganho das suas exportações, as ajudas são uma importante fonte de divisas*". Os indonésios estão, porém, mais optimistas. Conforme um economista comentava para a imprensa "*o dinheiro* [do IGGI] *pode facilmente ser substituído pelos japoneses*".

QUE REACÇÕES?

Esta decisão do governo da Indonésia favoreceu um renascimento do nacionalismo neste país. Reacções como "*a soberania da nação é mais importante que a asistência económica*" ou "*não queremos ser colonizados uma segunda vez*" foram vulgares por parte de organizações e personalidades afectas ao regime e vulgarizadas pela imprensa ligada ao poder.

Contra este tipo de reacção manifestou-se a INFIGHT, Frente Indonésia para a Defesa dos Direitos Humanos, que publicou em Jacarta, no mesmo dia em que o ministro Prawiro dava a sua conferência de imprensa, uma declaração sobre a "*decisão de recusar toda a ajuda vinda da Holanda*". "*A Indonésia*, escrevem, *precisa de clarificar o fundamento do seu nacionalismo o qual até agora tem sido normalmente expresso em termos de repúdio pelos pedidos* [de respeito pelos direitos humanos] *feitos por outros países, num tempo em que os intercâmbios mundiais estão a tornar-se cada vez mais transparentes*". E acrescentam: "*A decisão do governo não deve ser interpretada como significando que o governo pode agora fazer o que lhe apetece no campo dos direitos humanos*".

Ao tomar conhecimento da decisão indonésia e após uma reunião de várias horas com o PM e o ministro da Cooperação Económica Jan Pronk, o MNE holandês Van der Broek escreveu uma carta ao parlamento do seu país onde depois de afirmar que "*o governo lamenta fortemente os termos e os motivos invocados pelo governo indonésio para justificar a sua decisão*", garante que "*os direitos humanos são parte integrante da nossa política externa*", acrescentando que a CE e os EUA dão idêntica importância aos direitos humanos. A uma rádio, Van der Broek afirmou: "*Não esperem que sacrifiquemos milhões se a Indonésia não está interessada em os receber*".

O ministro Pronk, por sua vez, declarou que a decisão indonésia poderia provocar contra-medidas de outros doadores. Estes poderiam reagir mais prudentemente no futuro quando tivessem que decidir de novos pacotes de ajuda.

Esta opinião, porém, não parece ser unanimemente partilhada. O sector empresarial holandês manifestou publicamente o seu receio de que esta política podesse de algum modo interferir com os seus interesses na Indonésia. O partido Cristão Democrata, em debate que houve no parlamento sobre o problema, argumentou que, sem relações de ajuda com a Indonésia, a Holanda não teria influência sobre a situação dos direitos humanos naquele país e em Timor-Leste.

A reacção da CE foi em tudo semelhante à do patronato dos Países Baixos. Entalada entre dois fogos, a Comunidade tem procurado pôr-se à margem do conflito. Depois de informar os EUA e o Japão, o ministro Prawiro convocou os diplomatas da CE acreditados em Jacarta para lhes pedir "o apoio e a compreensão" dos seus países para a decisão indonésia. De acordo com um diplomata europeu citado pelas agências noticiosas, "*este pedido ameaça causar maiores problemas no seio da CE. A Indonésia já tinha pedido às nações da CE para se dissociarem de Portugal, reconhecido como potência administrante de Timor-Leste pelas Nações Unidas, e agora está também a pedir, em particular à Alemanha, à Grã-Bretanha e à França, para se dissociarem da Holanda*".

Daqui os esforços da Comunidade para encarar o problema como uma questão bilateral entre a Holanda e a Indonésia, tanto mais que se afigura como outro obstáculo ao tratado de cooperação económica entre a CE e a ASEAN, neste momento em discussão. A CE tornou claro que este tratado deverá incluir uma cláusula sobre direitos humanos de modo a assegurar que a sua assistência financeira não é utilizada para manter governos que violam as liberdades básicas. Os governos da ASEAN têm recusado a inclusão desta cláusula. Entretanto, funcionários da CE vêm defendendo que deve ser dada ênfase aos "*encorajamentos positivos*" vindos do regime de Jacarta, mais do que à intimidação e ameaça.

CGI EM MARCHA

Entretanto, está já marcada para 16 e 17 de Julho, em Paris, a primeira reunião do novo forum financiador.

Ainda não é conhecida a lista final dos países e agências que integrarão este consórcio. Segundo um executivo do BM em Washington, Pat Sison, "*a composição dos participantes ao próximo encontro do CGI será definida pelo governo indonésio em consulta com o Banco*". As autoridades de Jacarta têm desenvolvido inúmeros contactos no sentido de aliciar financiadores. O ministro das Finanças, J.B. Sumarlin, deslocou-se nos finais de Maio à Coreia do Sul e depois aos países nórdicos. O ministro terá pedido ao Nordic Investment Bank, detido pela Suécia, Dinamarca e Noruega, para se juntar ao CGI. Contactos com o governo de Singapura teriam sido igualmente desenvolvidos. A estratégia de Jacarta parece assentar não só na diversificação dos financiadores - privilegiando as agências multilaterais em detrimento dos governos - como em diminuir o peso dos ocidentais, integrando no forum países da zona asiática, menos pressionáveis por argumentos de respeito pelos direitos humanos.

TIMOR-LESTE TAMBÉM ESTARÁ PRESENTE

Embora contra a vontade dos "especialistas" que discutirão qual o montante da ajuda - e em que modalidades - que os seus governos irão dar ao regime indonésio, a questão de Timor-Leste também irá estar presente pela voz de um conjunto diversificado de organizações de vários países europeus que não querem deixar passar esta ocasião para refrescar a memória dos "D. Quixotes dos direitos humanos" deste nosso mundo ocidental.

Em comunicado enviado à imprensa portuguesa e subscrito por Agir pour Timor (França), Tapol (Grã-Bretanha), SOS Timor (Bélgica) e pela CDPM, CGTP/IN, MCE, MCP, MEUDH e UGT, estas organizações alertam para o facto de "*sejam quais forem os governos e as agências de financiamento que venham a participar nesta primeira reunião do CGI, há que reafirmar perante eles que:*

- os direitos humanos não são um assunto interno dos Estados;

- a ajuda económica não pode ser independente do respeito pelos direitos humanos por parte dos regimes que a recebem, pois caso contrário só servirá para reforçar o poder dos regimes autoritários".

E mais à frente acrescentam: "*a violação do direito internacional por parte do governo indonésio na questão de Timor-Leste, as suas práticas de violação sistemática dos direitos humanos neste território - de que o massacre no cemitério de Santa Cruz é apenas um exemplo conhecido - têm que ser consideradas na avaliação da ajuda a dar àquele regime, sob o risco de uma mão financiar o que a outra lamenta*".

Assim, em associação com organizações da sociedade civil francesa, vão promover em Paris, naquelas datas, "*uma iniciativa visando chamar a atenção para: a ajuda económica dada ao regime de Jacarta ajuda a perpetuar a sua ocupação ilegal e a sua prática de genocídio em Timor-Leste*".

Embora à data em que escrevemos não esteja ainda completamente definido o programa desta jornada, sabe-se já que a comunidade portuguesa da região parisiense se está a mobilizar, esperando-se também a participação de jovens timorenses residentes no nosso país que para esse efeito se deslocarão à capital francesa assim como de jovens portugueses. □

Enquanto a CE faz vagas declarações de princípios...

Aguardava-se, com alguma expectativa, a tomada de posição que iria sair da reunião de Lisboa da Comunidade Europeia relativamente a Timor-Leste. O momento era propício. Em pontos chave do globo havia indícios do crescente interesse da Comunidade internacional para encontrar formas que forcem o regime de Jacarta a sentar-se à mesa das negociações com representantes do povo timorense e Portugal.

Afinal, tudo não passou de uma fugaz esperança. A política externa portuguesa mostrou-se, mais uma vez, incapaz de levar os seus parceiros a rever a sua política para Timor-Leste e preferiu deixar-se embalar pelas generalidades das declarações de princípios e a vaidade das fotografias de grupo.

Várias foram as organizações de solidariedade que reagiram ao silêncio da CE. A CDPM (Comissão para os Direitos do Povo Maubere) publicou um comunicado de imprensa onde se lê:

"*O comunicado final da cimeira de Lisboa da CE não faz qualquer referência à questão de Timor-Leste. Timor-Leste não é mesmo citado em nenhum documento oficial desta reunião, seja anexo, adenda ou qualquer outro.*

Apenas no capítulo «Relations between the Community and its member States and developing countries» *se pode encontrar um esboço de abordagem da problemática de Direitos Humanos e da sua relação com a ajuda económica; mesmo nesse caso não é feita menção explícita a nenhuma situação particular (muito menos a Timor-Leste).*

(...) A CE está obrigada por resoluções do Parlamento Europeu e do próprio Conselho de Ministros de Negócios Estrangeiros a promover uma política externa activa em prol de uma solução negociada do conflito, de acordo com os interesses dos timorenses.

Sem elevar a objectivo último do trabalho de solidariedade a aprovação de declarações verbais de simpatia (tantas vezes deslocadas da prática), nem por isso deixamos, no entanto, de salientar a importância que teria uma menção explícita a Timor-Leste. Nas presentes circunstâncias ultrapassaria em muito o mero valor simbólico, transformando-se num valioso instrumento para a actividade diplomática.

Para além de contactos bilaterais ou multilaterais que requerem, para serem eficazes, uma natureza sigilosa, as tomadas de posição pública são a única base concreta que a opinião pública possui para avaliar o empenhamento dos Estados e dos Governos.

O ocorrido é tanto mais grave quando se sabe que a Presidência portuguesa tinha preparado um texto em que Timor-Leste era explicitamente citado, ao lado de outros casos, como motivo de preocupação e acompanhamento por

Indonésia: «a very exciting part of the world»

Na véspera da realização em Lisboa da última reunião da Comissão europeia sobre presidência portuguesa, os jornais britânicos anunciavam que a **British Aerospace** (BAe) estava em vias de assinar o seu maior contrato com o governo indonésio, para o fornecimento de 40 aviões de combate Hawk, no valor de cerca de 575 milhões de libras.

O contrato, que vinha sendo negociado há mais de um ano, envolve a montagem de parte dos reactores da **Rolls-Royce** (RR) que equipam os aparelhos em fábricas indonésias. Segundo o **The Guardian** (25/6/92), foi a questão da transferência de tecnologias o factor decisivo para se chegar ao acordo.

As conversações continuam, entretanto, como confirmou à imprensa o representante para a região da BAe, sem, no entanto, dar pormenores. Com a excitação do sucesso, o representante da RR não se conteve em afirmar que "*Indonesia is a very exciting part of the world*". Ambas as empresas consideram o acordo vital para conseguirem assegurar uma presença forte na região do Pacífico. A Força Aérea da Indonésia já opera com um esquadrão de Hawks.

Numa reacção a este anúncio, o Dr. Peter Carey, professor de História Moderna no Trinity College em Oxford, perguntava no **The Guardian** de 1 de Julho se o momento actual, em que os tribunais indonésios aplicam penas draconianas aos timorenses envolvidos na manifestação de 12 de Novembro, era o mais indicado para aquelas empresas britânicas negociarem um contrato de muitos milhões para o fornecimento de aviões de combate. E acrescenta: "*É bem conhecido que estes aviões são facilmente adaptáveis para ataques ao solo e operações anti-insurreccionais. Quinze já estão ao serviço da Força Aérea indonésia de anteriores contratos com Jacarta e alguns deles têm sido vistos no aeroporto de Baucau onde têm sido utilizados contra a resistência da Fretilin*". Termina lembrando que desde a invasão de Timor-Leste pelas tropas de Suharto a Grã-Bretanha se tornou um dos principais fornecedores de material de guerra de Jacarta, tendo vendido, só no período de 1986-90, 290 milhões de libras de equipamento, mais de metade dos quais da BAe. "*Na verdade, a Grã-Bretanha é hoje central para o estabelecimento de uma indústria aeronáutica militar indonésia independente, centrada quase exclusivamente em operações anti-insurreccionais domésticas. É este tipo de associação que a Grã-Bretanha deverá ter com uma das autocracias mais repressivas do Sueste Asiático?*".

Mas não é a única a tentar vender armas ao regime ditatorial de Suharto. A 29 de Junho, a **Boeing Defense & Space Group** anunciava que estava a desenvolver um novo sistema de patrulhamento marítimo aéreo que ajudaria a Indonésia a protejer a sua vasta Zona Económica Exclusiva no Pacífico Sul. O contrato de quatro anos para o desenvolvimento do «Surveiller 737» é o resultado de uma «joint-venture» entre a Boeing, a IPTN, o fabricante estatal indonésio de equipamento e material aeronáutico, e a Força Aérea deste país.

Direitos humanos? Pouco excitante... □

parte da Comunidade.

Esse documento, por inépcia ou falta de vontade política de Portugal, responsável, enquanto Presidente em exercício, pela sua elaboração e apresentação, acabou por não ser considerado pelos Doze. Porquê?

Factos como este põem seriamente em causa a credibilidade da política externa portuguesa para Timor; dele deverá ser dada uma explicação plausível à opinião pública portuguesa: o Ministro dos Negócios Estrangeiros que tome a palavra.".

Também o East Timor Alert Network - US escreveu a Deus Pinheiro exprimindo a sua profunda desilusão pelo silêncio da CE, numa altura em que nos Estados Unidos começa finalmente a haver um crescente interesse e um movimento social dinâmica em favor da questão.

...cresce movimento de pressão internacional

A Câmara de Representantes dos EUA votou, por unanimidade, a suspensão da ajuda militar à Indonésia no quadro do programa «International Military Education and Training» (IMET) para o ano fiscal de 1993, num total de 2,3 milhões de dólares. A decisão inscreveu-se na política de cortes - superior a um bilião de dólares - na ajuda militar a vários países, empreendida pela Administração Bush.

Foi a primeira vez que o Congresso adoptou uma atitude de apoio activo à causa timorense. Ronald Machtley (Republicano), um dos proponentes do corte, declarou perante os seus colegas congressistas que "*this is only the beginning*" ("Isto é só o princípio").

Competirá agora ao Senado ratificar a medida, o que deverá acontecer lá para o fim do ano, tendo o Presidente Bush ainda a oportunidade de lhe opôr o seu veto.

Comentando esta decisão, o Chefe do Estado-Maior das FFAA indonésias, gen Try Sutrisno, afirmou perante os jornalistas do seu país que a mesma o deixava "*completamente indiferente*". Por sua vez o vice-presidente do DPR (parlamento), Sukardi, general na reserva e membro do partido do poder Golkar, acrescentou que não havia motivos para ficar preocupado com aquela medida sem precedentes.

Reacção semelhante teve o MNE australiano Gareth Evans que considerou a atitude norte-americana como não apropriada. "*Acreditamos que as respostas, essencialmente punitivas, da comunidade internacional não são apropriadas*" justificando esta sua apreciação pelo facto de o massacre de 12 de Novembro não ser o resultado de "*uma política de Estado*". Reconheceu que havia motivos para "*alguma crítica*" ao compararem-se as pesadas penas atribuídas aos manifestantes timorenses com as penas leves atribuídas aos militares que participaram no massacre, mas, acrescentou, não era caso para se ser "*extremamente crítico*".

Entretanto, um grupo de congressistas dos EUA e de parlamentares da Dieta (parlamento) japonesa tomaram a iniciativa de preparar uma carta aberta ao Secretário-Geral da ONU, Boutros-Ghali, a propósito da situação em Timor-Leste. Escrevem: "*Olhamos este trágico incidente* [o massacre de Santa Cruz] *como o culminar de 16 longos anos de uma história de repressão em Timor-Leste e acreditamos que deve haver um esforço internacional urgente e concertado, não apenas para clarificar a verdade relativamente ao incidente, mas também para se chegar a uma solução fundamental para o próprio problema. (...). Neste sentido, gostaríamos de propôr o seguinte:*

1) o relatório do sr. Wako deveria ser tornado público. Medidas deveriam ser tomadas para protejer aqueles timorenses que prestaram informações sobre a violação dos direitos humanos em Timor-Leste ao sr. Wako, assim como à Comissão dos Direitos Humanos e a outras organizações humanitárias;

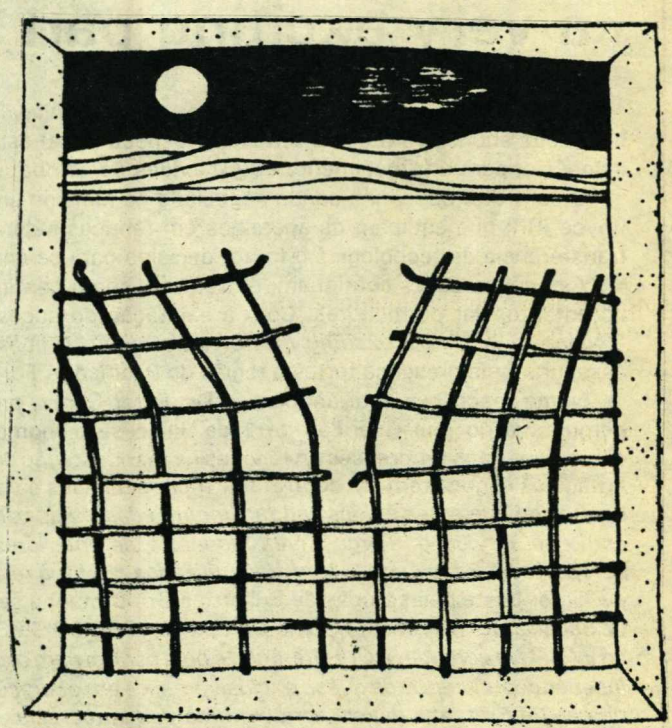
2) deveria ser estabelecida a presença da ONU em Timor-Leste para acompanhar a situação dos direitos humanos. Isto é particularmente importante em face de relatórios autorizados sobre a atmosfera de terror que tem prevalecido em Timor-Leste desde o incidente de 12 de Novembro. (...).

3) o Governo indonésio deveria ser instado a respeitar e a implementar a declaração adoptada por consenso na Comissão dos Direitos Humanos da ONU em 4 de Março de 1992, apelando ao Governo indonésio para libertar sem demora todos os que não estão involvidos em actividades violentas e facilitar o acesso a Timor-Leste de organizações humanitárias e de direitos humanos. (...).

4) um claro apelo público deve ser dirigido às três partes directamente envolvidas na questão, nomeadamente Portugal, Indonésia e representantes do povo timorense. (...).

5) passos concretos devem ser dados para permitir ao povo de Timor-Leste exercer livre e completamente o seu direito à autodeterminação, um direito reafirmado pelas resoluções da Assembleia Geral e o Conselho de Segurança. Isto envolveria a realização de um referendo sob os auspícios das Nações Unidas. (...).".

Esta carta deverá ser entregue a Boutros-Ghali em meados de Julho. □



Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere
Sede: R.Pinheiro Chagas, 77-2°E, 1000 Lisboa, Tel: 3528718, Fax: 534009
E-mail: gn!cdpm (GreenNet), cdpm@gn.apc.org (Internet)
Impressão: Grafis, Coop. de Artes Gráficas **Tiragem:** 1000 ex. **Assinatura anual:** 600$00
Registo: DGCS nº 112094 Dep. Legal nº 25317